

» Inclusão social

Santo André tem cursos grátis de libras e braille

O Centro de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD) de Santo André oferece cursos de Língua Brasileira de Sinais – Libras, para comunicação com pessoas surdas e mudas e Braille, de leitura para pessoas com deficiência visual.

As inscrições estão abertas até 20 de julho, no CRPD, na rua João Fernandes, 118, no Bairro Jardim, das 8h às 17h. Os cursos são gratuitos e as aulas vão de agosto a dezembro, uma vez por semana. Mais informações pelo telefone 4990-2886.

» AGENDA

A+Z e Loggy

Equipes de sindicalização estarão na A+Z e Partner e na Loggy hoje a partir das 11h. Essa é uma ótima oportunidade para os trabalhadores das fábricas se filiarem ao nosso Sindicato.

CredABC

Assembléia da Cooperativa de Crédito dos Metalúrgicos do ABC hoje, às 18h, na Sede do Sindicato, para discutir mudanças estatutárias.

Correção

É dia 31 de julho que será paga a primeira parcela da PLR aos trabalhadores na Makita. Na Irene, a 1ª parcela de 2009 sai dia 20 de julho de 2009.

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS

E CRIME DENUNCIAR É PROTEGER! DISQUE 100

Pesquisa habitação » Preencha o formulário e entregue para algum membro da representação

Como você mora e como quer morar

A CUT São Paulo começou a montar um cadastro para apontar as necessidades de moradia dos trabalhadores dos sindicatos filiados.

O primeiro passo para o cadastro é a realização da

pesquisa abaixo.

Com os dados, a Central espera obter atenção dos poderes públicos para políticas habitacionais, especialmente da Caixa Econômica Federal para novas linhas de financiamento.

Segundo a CUT, há uma carência de linhas de financiamento para os trabalhadores de menor renda, público central desta ação.

Se você quiser participar, preencha todos os campos da pesquisa, recorte

esta página e entregue aos membros do Comitê Sindical, diretores ou assessores em porta de fábrica ou mesmo na Sede São Bernardo ou nas Regionais Diadema e Ribeirão Pires do Sindicato.



PROGRAMA CUT - CASA PRÓPRIA

DADOS PESSOAIS			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
CPF:	RG:	U.F.:	
E-mail:			
Idade:	<input type="checkbox"/> menos de 21 anos	<input type="checkbox"/> 21 a 34 anos	<input type="checkbox"/> 35 a 44 anos
		<input type="checkbox"/> 45 a 60 anos	<input type="checkbox"/> mais de 60 anos
Sexo:	<input type="checkbox"/> feminino	<input type="checkbox"/> masculino	
Número de dependentes:	<input type="checkbox"/> um	<input type="checkbox"/> dois	<input type="checkbox"/> três
		<input type="checkbox"/> quatro ou mais	
Salário bruto:	<input type="checkbox"/> até R\$930,00	<input type="checkbox"/> de R\$931,00 a R\$1.660,00	
	<input type="checkbox"/> de R\$1.661,00 a R\$2.490,00	<input type="checkbox"/> de R\$2.491,00 a R\$3.320,00	
	<input type="checkbox"/> de R\$3.321,00 a R\$4.150,00	<input type="checkbox"/> de R\$4.151,00 a R\$6.225,00	
	<input type="checkbox"/> acima de R\$6.226,00		
Renda familiar:	<input type="checkbox"/> até R\$930,00	<input type="checkbox"/> de R\$931,00 a R\$1.660,00	
	<input type="checkbox"/> de R\$1.661,00 a R\$2.490,00	<input type="checkbox"/> de R\$2.491,00 a R\$3.320,00	
	<input type="checkbox"/> de R\$3.321,00 a R\$4.150,00	<input type="checkbox"/> de R\$4.151,00 a R\$6.225,00	
	<input type="checkbox"/> acima de R\$6.226,00		
MORADIA ATUAL			
Tipo de moradia:	<input type="checkbox"/> casa	<input type="checkbox"/> apartamento	<input type="checkbox"/> outro tipo
Condições de moradia:	<input type="checkbox"/> própria	<input type="checkbox"/> alugada	<input type="checkbox"/> cedida
Valor do aluguel:	<input type="checkbox"/> menos de R\$100,00	<input type="checkbox"/> de R\$101,00 a R\$200,00	
	<input type="checkbox"/> de R\$201,00 a R\$500,00	<input type="checkbox"/> mais de R\$500,00	
PRETENSÃO DE MORADIA			
Valor do imóvel que pretende adquirir:	<input type="checkbox"/> até R\$60.000,00		
	<input type="checkbox"/> de R\$60.000,00 até R\$80.000,00		
	<input type="checkbox"/> de R\$80.000,00 até R\$100.000,00		
	<input type="checkbox"/> acima de R\$100.000,00		
Prazo que deseja pagar o financiamento:	<input type="checkbox"/> 5 anos	<input type="checkbox"/> 10 anos	<input type="checkbox"/> 15 anos
	<input type="checkbox"/> 20 anos	<input type="checkbox"/> 25 anos	<input type="checkbox"/> 30 anos
O que determina a escolha do seu imóvel:	<input type="checkbox"/> proximidade do trabalho		
	<input type="checkbox"/> facilidade de transporte		
	<input type="checkbox"/> proximidade de escolas		
	<input type="checkbox"/> apenas o valor da prestação		

Suplemento especial
da Tribuna Metalúrgica
Edição nº 40
20 de junho - 2008

Tribuna

Cidadania



PARTICIPAÇÃO INCLUSIVA



Conferências garantem participação da sociedade na formulação das políticas públicas

A participação popular na elaboração de políticas públicas está sacramentada nas várias conferências temáticas que são realizadas no Brasil. A conferência das pessoas com deficiência e de direitos humanos serão as próximas.

Página 3

Participe da pesquisa da casa própria

Responda o formulário de pesquisa que formará cadastro da CUT sobre necessidade de moradia dos trabalhadores.

Por avanços sociais no Grupo 10

Comissões temáticas irão apresentar pauta de novas cláusulas sociais.

Página 2

A lei da vergonha

União Européia criminaliza imigrantes com a lei Diretiva de Retorno. Cerca de 8 milhões de pessoas são criminalizadas.

Página 2

» NOTAS CIDADÃS

Ferida

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pediu o afastamento do delegado do 4º Distrito Policial de Presidente Prudente, Dirceu Gravina. O delegado é acusado de ser um dos mais cruéis torturadores do Doi Codi, a polícia política da ditadura militar.

Superpopulação

O número de detentos em presídios brasileiros aumentou em aproximadamente 21 mil entre 2006 e o ano passado, segundo o Departamento Penitenciário Nacional. Altos índices de criminalidade e da eficiência do poder judiciário no julgamento de processos explicam o número.

Apagão virtual

São Paulo sofreu ontem seu primeiro apagão de internet.

Metade dos serviços do governo estadual, como emissão de documentos e licenciamento de carros foram suspensos. O acesso à rede também ficou dificultado.

Lá e cá

Em Buenos Aires, as passagens de trens custam 60 centavos de peso, o equivalente a R\$ 0,32. Aqui em São Paulo, custam R\$ 2,30.

Mega PLR

Com o crescimento das receitas nas suas empresas, diretores das filiais de multinacionais instaladas no Brasil já ganham cerca de 30% mais que seus pares na matriz.

Revirando o Baú

Depois da novela Pantanal, Silvio Santos voltará com o Show do Milhão. O problema é que o valor do maior prêmio está congelando no mesmo R\$ 1 milhão de 10 anos atrás.

Campanha salarial » Cláusulas sociais serão debatidas este ano no Grupo 10

Comissões querem renovação e avanços

As negociações da Campanha Salarial com o Grupo 10 terão uma atenção especial nas cláusulas sociais. No ano passado, o setor fechou acordo com um ano de validade e não dois anos como nos demais grupos.

Para este ano, a meta é renovar e, principalmente, ampliar o acordo com as reivindicações das comissões temáticas dos metalúrgicos, como conta Wellington Messias Damasceno, membro da Comissão de Jovens Metalúrgicos.

“Queremos aprofundar as discussões sociais

para renovar as garantias aos trabalhadores, além de criarmos outras mais”.

O Sindicato busca a renovação de algumas pautas, como licença amamentação opcional de 8 dias úteis; garantia no emprego de 30 dias para aborto; licença remunerada de 10 dias em caso de violência doméstica; exames gratuitos na prevenção câncer; auxílio creche de 24 meses para as mulheres e garantia de emprego e de salário desde o alistamento até a incorporação e nos dias 30 dias após o desligamento para os jovens em fase de tiro de guerra.



Wellington diz que as comissões querem avanços sociais no grupo 10

A luta será também pela subvenção ao estudo, de garantia de horário fixo para estudantes e de estágio nas áreas de estudo; de abono de faltas em dias de provas

ou vestibulares e de diversidade nas contratações, com admissão de jovens de 18 a 24 anos e pessoas acima dos 40, sem distinção de raça ou gênero.

Lei da Vergonha » Restrição a imigrantes imposta por Parlamento Europeu é racista

Dinheiro é bem vindo. Gente é expulsada

A Diretiva de Retorno, lei aprovada pelo parlamento europeu em 18 de junho, regride a política migratória e reflete a atual onda direitista que toma conta do continente.

A lei fixa que, a partir de 2010, o estrangeiro em situação irregular em qualquer país da União Europeia terá de sete a 30 dias para voltar ao seu país de origem, independentemente do tempo de residência na Europa e mesmo de sua situação familiar.

Caso não deixe o país, ele ficará sujeito à detenção por seis meses, prorrogáveis por mais 12 meses. Os filhos nascidos na Europa também poderão ser separados dos pais imigrantes e os deportados não poderão retornar à Europa durante cinco anos.

Estimativas apontam que vivem oito milhões de imigrantes ilegais no continente – entre eles, cerca de 800 mil brasileiros. A partir



Policial espanhol detém imigrantes nas Ilhas Canárias

da vigência desta lei, já batizada de lei da vergonha, todos passarão a viver como criminosos e perseguidos pela polícia migratória.

Na Itália, Silvio Berlusconi, em sua campanha eleitoral, pregou abertamente a tolerância zero contra ciganos, os clandestinos e os criminosos. Eleito, já ordenou a destruição de acampamentos e a prisão sumária de ciganos.

Reação

Com a lei, os europeus negam sua própria memó-

racismo. Todos lembraram que a região, no passado, acolheu imigrantes e é inadmissível o tratamento hoje dispensado por eles.

O presidente da Bolívia, Evo Morales, lembrou que, na Europa, latino-americanos, africanos e asiáticos ocupam os postos de trabalho recusados pelo trabalhador local, sujeitos a todo tipo de precariedade e exploração, muitos submetidos a condições parecidas com a escravidão.

Disse ainda que, ao mesmo tempo em que votava a lei, a União Europeia tenta convencer seu país, a Colômbia, o Equador e o Peru a aderir a um tratado de livre comércio, como o Estados Unidos tentaram com a Alca. No tratado, estes países privatizariam serviços e se abririam ao comércio e ao livre fluxo de capitais (dinheiro). Ou seja, o dinheiro e a empresas transnacionais podem circular livremente. As pessoas, não.

Disse ainda que, ao mesmo tempo em que votava a lei, a União Europeia tenta convencer seu país, a Colômbia, o Equador e o Peru a aderir a um tratado de livre comércio, como o Estados Unidos tentaram com a Alca. No tratado, estes países privatizariam serviços e se abririam ao comércio e ao livre fluxo de capitais (dinheiro). Ou seja, o dinheiro e a empresas transnacionais podem circular livremente. As pessoas, não.

Disse ainda que, ao mesmo tempo em que votava a lei, a União Europeia tenta convencer seu país, a Colômbia, o Equador e o Peru a aderir a um tratado de livre comércio, como o Estados Unidos tentaram com a Alca. No tratado, estes países privatizariam serviços e se abririam ao comércio e ao livre fluxo de capitais (dinheiro). Ou seja, o dinheiro e a empresas transnacionais podem circular livremente. As pessoas, não.

Disse ainda que, ao mesmo tempo em que votava a lei, a União Europeia tenta convencer seu país, a Colômbia, o Equador e o Peru a aderir a um tratado de livre comércio, como o Estados Unidos tentaram com a Alca. No tratado, estes países privatizariam serviços e se abririam ao comércio e ao livre fluxo de capitais (dinheiro). Ou seja, o dinheiro e a empresas transnacionais podem circular livremente. As pessoas, não.

Pessoas com Deficiência » São Bernardo leva propostas à Conferência Regional em Osasco

Em busca da inclusão efetiva

Os temas a serem debatidos durante a Conferência Regional das Pessoas com Deficiência que vai acontecer no dia 15 deste mês, em Osasco, buscam formas de promover a efetiva inclusão das pessoas deste segmento da população.

“É preciso criar mecanismos para que a inclusão se faça de forma efetiva e não fique apenas no papel”, avisou Ivan de Oliveira Freitas, um dos delegados do encontro. Ele foi esco-



Ivan quer melhoria na qualidade de ensino às pessoas com deficiência

lhido durante a conferência de São Bernardo, que aprovou 30 propostas a serem

apresentadas na conferência regional.

De acordo com Ivan, uma delas é a melhoria da qualidade de ensino a pessoas com deficiência.

“Estamos debatendo propostas dentro de três grandes blocos que envolvem acessibilidade, educação, trabalho, saúde e reabilitação profissional”, afirmou.

Ivan é deficiente visual desde os sete anos e trabalha no Centro Recreativo

de Esportes Especiais, no bairro Assunção.

Ele disse que uma das novidades é a participação de mais pessoas nesses debates, uma vez que do encontro municipal participaram pais de pessoas com deficiência, professores da rede privada e pública e representantes de entidades e movimentos civis.

“É um avanço, pois esses novos grupos fortalecem ainda mais o nosso trabalho”, comentou.

Reuniões sobre direitos humanos

Vários encontros municipais vão acontecer até o final de julho para escolher delegados e propostas a serem encaminhadas às conferências sobre Direitos Humanos que serão realizadas até dezembro.

Os debates acontecem a partir de cinco eixos:

- 1) universalizar direitos em um contexto de desigualdade e desenvolvimento.
- 2) violência, segurança pública e acesso à Justiça.
- 3) pacto federativo e responsabilidades dos três poderes.
- 4) interação democrática entre Estado e sociedade civil.
- 5) educação e cultura em Direitos Humanos.

Está programada para o dia 2 de agosto, em Santo André, a Conferência dos Direitos Humanos do ABC.

Ao todo, vão participar da conferência estadual 20 delegados da região, sendo 13 dos movimentos organizados, inclusive os metalúrgicos do ABC, e 7 de grupos vulneráveis como índios.

Participação popular aumentou nos últimos anos



Conferências já reuniram mais de 2 milhões de pessoas em todo o País

O governo Lula foi o primeiro que fez avançar os espaços de participação popular e de interlocução com a sociedade civil.

No primeiro mandato, entre 2003 e 2006, foram criados 13 conselhos nacionais. Foram realizadas 40 conferências, com a participação de mais de 2 milhões de pessoas nas conferências municipais, regionais, estaduais e nacional.

Das 37 conferências nacionais, 15 foram realizadas pela primeira vez no governo Lula. A Conferência de Direitos Humanos foi a primeira a ser convocada por um governo.

Esse procedimento é bem diferente do governo anterior, quando o então presidente FHC chegou a chamar de “neo bobos” os movimentos sociais e as organizações não governamentais que defendiam direitos da população.

Representação

O debate sobre essa participação vem desde a década de 80, no momento em que se discutia a redemocratização do Estado, questionando a chamada democracia representativa, já que os tradicionais mecanismos de participação política como o direito de votar e ser votado não eram suficientes para garantir a cidadania.

A Constituinte de 1988 transformou essas questões em diretrizes de diversas políticas públicas, garantindo à sociedade a participação na formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Participação

A partir daí começaram a ser estruturados espaços públicos como os conselhos de políticas públicas e conferências, mecanismos que concretizam os princí-

pios constitucionais de democratização e de controle social.

Assim, os movimentos de mulheres, de negros, ambientais, indígena, sem terra, de pessoas com deficiência e de crianças e adolescentes surgem como novos sujeitos políticos.

Eles transformam as demandas em direitos, construindo processos democráticos e um outro modelo de sociedade.

Esses movimentos criam mecanismos que podem provocar mudanças na relação entre os governos e a sociedade, contribuindo para a construção de uma prática de socialização da política e da distribuição do poder.

A cidadania plena pressupõe o combate a toda forma de discriminação, a promoção da igualdade de condições e de oportunidades a todos.

» Legislação

Senado aprova convenção sobre direitos

O Senado aprovou na quarta-feira os textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU – Organização das Nações Unidas.

Os países que assinam a convenção se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação.

Mudar leis

Isso significa a adoção de medidas legislativas e administrativas como revogação de leis e práticas que discriminam os portadores de deficiência.

São mais de 50 artigos, com destaque às normas destinadas ao acesso à educação das pessoas com deficiência, às crianças com deficiência e às situações de risco.

Ela não cria direitos novos nem especiais, mas é um instrumento facilitador para o exercício dos direitos universais, em especial a igualdade com as demais pessoas.

Participação

São princípios da convenção a não discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades e acessibilidade.

A convenção prevê ainda que a falta de condições de acessibilidade nas cidades e instituições configura-se discriminação contra as pessoas com deficiência.

O texto do projeto segue agora para promulgação, quando passará a fazer parte da legislação brasileira.

FIQUE SÓCIO DO SINDICATO